



Lameiros, lances e croas: Experiências contra-cartográficas na comunidade Vazanteira da Barrinha

Lameiros, lances and croas: Counter-Cartographic experiences in Barrinha, a Vazanteira community.

Lameiros, lance y croas: Experiencias contracartográficas en la comunidad Vazanteira de Barrinha.

Alice Ferreira dos Santos [*]

[*] Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Atualmente é mestranda em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com bolsa FAPEMIG. Possui interesse de pesquisa nas áreas de etnologia indígena e teoria antropológica com ênfase em cosmopolíticas indígenas, regimes de conhecimento e em saberes e práticas tradicionais relativas à agrobiodiversidade. E-mail: santosalice923@gmail.com

Resumo: Este artigo busca analisar as dinâmicas concernentes à territorialidade da comunidade Vazanteira da Barrinha, no Norte de Minas Gerais. A partir de oficinas de cartografias sociais e calendários agroecológicos, bem como de conversas, entrevistas semiestruturadas e caminhadas guiadas, discutem-se categorias locais de espaço e tempo, a relação dos moradores com o Rio São Francisco e os impactos da expropriação territorial.

Palavras-chave: Territorialidade; Vazanteiros; Contra-cartografia.

Abstract: This paper analyzes the territorial dynamics of Barrinha, a Vazanteira community located in northern Minas Gerais, Brazil. Based on social cartography workshops, agroecological calendars, guided walks, conversations and semi-structured interviews, the study discusses local categories of space and time, the residents' relationship with the São Francisco River, and the impacts of land dispossession.

Keywords: Territoriality; Vazanteiros; Counter-Cartography.

Resumen: Este artículo busca analizar las dinámicas concernientes a la territorialidad de Barrinha, una comunidad vazanteira ubicada en el norte de Minas Gerais, Brasil. A partir de talleres de cartografía social y calendarios agroecológicos, así como de caminatas guiadas, conversaciones y entrevistas semiestruturadas, se discuten categorías locales de espacio y tiempo, la relación de los habitantes con el río São Francisco y los impactos de la expropiación territorial.

Palabras clave: Territorialidad; Vazanteiros; Contracartografía.

Introdução

Em 2024, desenvolveu-se uma iniciativa de extensão acadêmica, atrelada à Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), que se propôs a atender, no âmbito da assessoria popular, uma grande diversidade de povos e comunidades tradicionais, ou em vias de reconhecimento como tais, localizadas na região do semiárido mineiro. Neste projeto, produziu-se, em parceria com as comunidades, uma série de atividades, como visitas técnicas, incursões a campo, produção de mapas e cartografias sociais (ou contra-cartografias), relatórios, reuniões com instâncias governamentais, dentre outras ações, com o objetivo de fortalecimento dessas comunidades e uma defesa ativa de seus direitos.

Ao longo de seu tempo de duração, o projeto intitulado “Observatório da Assessoria Popular, Territórios e Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do Semiárido Mineiro” teve contato com comunidades com processos de reconhecimento mais ou menos avançados e estabelecidos. Perpassando as planícies sanfranciscana, o espinhaço meridional e o sertão nas proximidades do limite com o estado baiano, o projeto entrou em contato com uma série significativa de comunidades, dentre elas comunidades de pescadores artesanais, quilombolas, vazanteiros, comunidades indígenas, geraizeiros e catingueiros, dentre outras experiências, como, por exemplo, assentamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) nos quais encontramos a sobreposição de povos e comunidades tradicionais com demandas por terra e território.

Essa miscelânea de comunidades que povoam essa porção do território mineiro é de conhecimento antigo e permeia relatos de viajantes desde o século XIX (Ribeiro 2010; Dayrell 2019), colocando sob suspeita a ideia de um suposto isolamento desta região. Em Dayrell (2019), encontramos a argumentação de que mesmo antes da abertura de estradas que interligam o sertão baiano às regiões mineradoras de Minas, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro, as populações indígenas que ali habitavam interagiam, guerreavam e trocavam entre si. Essas populações trocavam não só produtos como também saberes. E os sujeitos escravizados, no litoral, por sua vez, encontravam refúgio no sertão sanfranciscano. Esse dinamismo se manteve ao longo dos séculos possibilitando o estabelecimento de redes de parentesco, trocas e proximidades entre essas comunidades.

A história dessas comunidades se confunde com seu histórico de luta e resistência, que se reconfigura com o passar do tempo e à medida que as demandas elencadas por esses sujeitos se

alteram e se aprofundam em suas necessidades atuais. Reconhece-se a junta de acadêmicos, além de outros agentes sociais como os associados à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e integrantes de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que assessoraram essas comunidades em seus processos e que, em alguma medida, contribuíram para esta luta. Assim, no primeiro momento, o artigo se debruça sobre como a luta por terra se transforma em uma luta por território e como aqueles que outrora se entendiam como lavradores e agricultores se reconhecem agora como povos e comunidades tradicionais, compreendendo que seus modos de vidas são diferentes daqueles impostos pelo sistema econômico capitalista.

Levar em consideração esse panorama mais geral e histórico se faz necessário justamente por uma recusa em contribuir com uma narrativa que coloca novamente essas localidades em suposto isolamento. Essa ideia, construída, de um ostracismo, isolamento e esquecimento da região foi agenciada diversas vezes por instâncias públicas e privadas, e serviu como subterfúgio para a entrada de grandes empreendimentos agrários na região, sob um estandarte de desenvolvimento local que colocou em risco a existência dessas comunidades.

A elaboração deste texto, parte, portanto, da experiência acumulada no projeto de assessoria popular, mais especificamente junto à comunidade pesqueira vazanteira da Barrinha. A utilização do relato de experiência e a explicitação da presença do pesquisador em campo não são escolhas fortuitas, mas se apresentam enquanto estratégias críticas frente a pressupostos de neutralidade e objetividade característicos de um pensamento positivista acerca do fazer científico. Os dados aqui analisados foram produzidos em relações concretas, nas quais a presença do pesquisador em campo produz um efeito que, aqui, não se objetiva negar. O apagamento dessa presença no momento da escrita já foi amplamente problematizado pela antropologia interpretativa (Geertz 1989), pela crítica pós-moderna e pelas etnografias atentas ao regime de “invisibilidade” do pesquisador (Clifford e Marcus 1986; Strathern 2014; Favret-Saada 2005), assim como por perspectivas teóricas que questionam a objetividade científica produtora de um efeito de veracidade (Foucault 2007). Essa orientação teórico-metodológica também se manifesta na produção de contra-cartografias junto à comunidade, prática que dialoga com críticas recentes à ciência cartográfica hegemônica (Harley 1989; Ingold 1993), permitindo problematizar, de modo mais aprofundado, a pretensa neutralidade declarativa dessas representações.

A comunidade da Barrinha, de processo de autorreconhecimento mais recente, em vias de reconhecimento e certificação, se localiza às margens do São Francisco, no município de Itacambira, e comporta hoje 16 famílias que se reconhecem enquanto uma comunidade tradicional. Nas ocasiões em que foram realizadas atividades de campo na comunidade (agosto e novembro de 2024), tivemos

a oportunidade de realizar, em parceria com seus moradores, algumas atividades, como uma cartografia social do sítio e um calendário agroecológico, em consonância a uma série de caminhadas guiadas com Dona Vitória, mulher vazanteira, raizeira, benzedeira, pescadora e que se fez liderança importante em sua comunidade. Posteriormente, conduziu-se, via telefone uma série de entrevistas semiestruturadas como Dona Vitória. O artigo concentra-se nessas experiências de produção de mapas para discutir aspectos do território, da territorialidade e dos saberes vazanteiros.

Em um primeiro momento, o texto aborda as relações entre identidade e território na construção de uma luta histórica no Norte de Minas Gerais, partindo do relato de Dona Vitória. Na sequência, as experiências de produção de mapas foram analisadas para descrever o sistema de classificação de lugares e elaborar reflexões acerca das categorias locais de tempo e espaço.

Terra, território e territorialidade: reconfigurações de uma luta histórica

Em uma conversa, Dona Vitória¹ relatou sobre a chegada de seu avô que, vindo de Macaúbas, centro-sul da Bahia, se estabeleceu nas planícies do médio São Francisco no norte de Minas Gerais. Segundo minha interlocutora, seu avô, em um primeiro momento, teria comprado uma parcela de terras. Contudo, à medida que sua família se expandia em descendentes, suas terras aumentavam em tamanho. Segundo Dona Vitória, as terras de seu avô teriam abrangido uma parcela significativa de terras não ocupadas e a dividido entre seus filhos. Em seu relato, essa extensão era tal que se demorava um dia inteiro para ir de uma ponta a outra. Cada um dos filhos de seu avô tinha entre três e quatro agregados, com quem estabeleciam uma relação de favorecimento. Esses agregados não possuíam terras, mas lhes era permitida a permanência e trabalho, sob a condição de dividir sua produção com seu favorecedor, em uma relação de meia ou quarto, ficando o dono das terras com metade ou três quartos da produção, respectivamente, sendo o primeiro modelo mais comum que o segundo.

Minha interlocutora tem esse como um período de relativa prosperidade, apesar das dificuldades que a vida na roça impõe. Contudo, entre 1960 e 1970, algo mudou significativamente. Dona Vitória se refere ao momento como a “chegada da lei”, que por sua vez os obrigou a prender o gado, até então criado na “solta”², nas chamadas “terras altas” - as porções não alagáveis de uso comum - e mudou radicalmente o modo de organização social dos tempos de seu avô. Essa conversa que tivemos, explicita uma inconformidade sintomática entre o direito consuetudinário, que garantia a permanência e reprodução dos modos de vida daqueles ocupantes da “beira do rio” sob critérios

¹ A fim de preservar a identidade de meus interlocutores, optei por adotar codinomes para identificá-los.

² Prática de manejo de gado baseada em permitir que o animal paste livremente em terras comuns.

como, ocupação e trabalho na terra, relações de parentesco, além das dinâmicas de agregação e compadrio³, em contrapartida ao direito fundiário formal, baseado unicamente na propriedade privada.

Não ficando restrito à família de Dona Vitória, o relato se conecta historicamente a um panorama político-econômico bastante geral que compreende toda a região do norte de Minas Gerais. O período do relato coincide, primeiro, com a chegada da “regularização fundiária”, realizada pela Fundação Rural Mineira (Ruralminas), a que Dona Vitória se refere como a “chegada da lei”, e as subsequentes iniciativas governamentais de ocupação planejada da região, facilitadas pelos grandes subsídios fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Essa atuação conjunta pavimentou a penetração do capital privado na localidade e, segundo Anaya (2014, 2), estes foram “os principais mecanismos políticos de concentração de renda e grilagem de terra na região, beneficiando grandes empresas e latifundiários de São Paulo, Montes Claros e arredores”.

O capital privado adentrou o Norte de Minas com altos investimentos em torno da modernização do campo, focalizando na agroindústria, principalmente, nas modalidades de agricultura/fruticultura irrigada, monoculturas de eucalipto, pecuária extensiva e plantio em larga escala de algodão. É importante ressaltar que esse adentramento massivo do capital exterior na região encontrava respaldo na suposição de um relativo atraso, não apenas econômico, mas também “cultural” destes territórios em relação ao restante do estado. O Norte, os Sertões Gerais, em oposição às Minas, eram entendidos pelas instâncias públicas como um lugar isolado, de ostracismo, abandono e atraso. Seus habitantes eram reduzidos a despossuídos, negros e “caboclos” ignorantes à margem do progresso.

Essa construção ideológica do norte de Minas se opunha ao espírito do tempo no Brasil da década de 70, época das propagandas acerca milagre econômico⁴ e das grandes construções, legado orgulhoso e midiaticamente propagado pela ditadura político-civil-empresarial em que estávamos inseridos. A imagem propagada era a do Brasil que finalmente “engrenou”, que estávamos “indo para frente”. E a configuração norte-mineira não se enquadrava neste panorama. Portanto, essas transformações “tiveram como base e aconteceram atreladas a uma dinâmica maior, isto é, à do capitalismo brasileiro, principalmente às indústrias do centro-sul, sempre em conformidade com a

³ Compadrio trata-se de um sistema de aliança e reciprocidade, útil para mitigação de diferenças sociais entre favorecedores e agregados.

⁴ O “milagre econômico” é como ficou conhecido o período de rápido crescimento econômico do país durante o período de 1968 e 1973. Com o crescimento rápido do Produto Interno Bruto, a promessa de impulsionamento econômico e progresso industrial e infraestrutural eram um marco da ditadura na mídia.

lógica capitalista mundial” (Leite 2018, 105). Assim, esse desenvolvimentismo tinha uma atuação local, mas uma referência nacional ou mesmo global.

Contudo, a ideia muito difundida do “atraso norte-mineiro” e de seu suposto isolamento têm sido revistas de maneira crítica por pesquisadores que apontam que antes de uma expressão da realidade estrita, essa pode ter sido uma estratégia discursiva providencialmente acionada como subterfúgio para a penetração do capital na região (Ribeiro 2010; Oliveira 2005; Anaya 2012; Anaya 2014; Dayrell 2019; Santos e Silva 2019). Dayrell (2019) aponta para registros desde o período colonial que atestam como as comunidades seculares que povoavam o Norte de Minas estavam envoltas em uma intensa efervescência social, criando redes de trocas de bens e conhecimentos, redes de parentescos e até mesmo guerreando entre si, como no caso dos povos indígenas que estavam ali localizados.

Apesar disso, essa visão contribuiu de forma eficaz para o avanço das empreiteiras⁵ modernizadoras e regularizadoras que tentaram subsumir os modos de vida e organização das comunidades que ali estavam. Como se evidenciou, o ideal integrador nacional-desenvolvimentista pró modernização da política nacional, definitivamente não levava em consideração os modos de vida dos habitantes locais como válidos. Pelo contrário, estes eram tidos como um empecilho, um obscurantismo a ser combatido à luz do progresso.

Nesse sentido, as áreas destinadas ao uso comum da terra, até então fundamentais para a manutenção dos modos de produção locais- já que se tratava geralmente de chapadas ou terras altas, áreas não alagáveis, que serviam como um recurso econômico indispensável para os vazanteiros nas épocas de cheia- passam a ser consideradas improdutivas na perspectiva capitalista, justificando a sua sucessiva privatização. Deste modo, o avô de Dona Vitória é obrigado a prender seu gado criado na solta, assim como uma série de outros sujeitos sociais, que veem suas práticas socioprodutivas serem solapadas pela lógica da acumulação de capital. Soares da Silva e Kubo (2018) apontam como essas reconfigurações da década de 1960 e 1970 refletiram no empobrecimento das populações locais.

O processo de desapropriação das terras-firmes e sucessivo confinamento às ilhas e barrancos é uma máxima em diversas comunidades vazanteiras e quilombolas da região e representa uma ruptura violenta com os sistemas e lógicas anteriores (Soares da Silva e Kubo 2018). Contudo, esse

⁵ Dá-se destaque especial ao projeto Jaíba. Segundo Santos e Silva (2019), o projeto Jaíba instituído graças às atuações conjuntas da Sudene e da Ruaralminas; trata-se de um complexo agroindustrial que hoje é o maior produtor de frutas da América Latina e por consequência o maior consumidor de água do São Francisco e do rio Verde Grande, seu afluente. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que a Sudene, entre 1970 e 1990 aprovou a quantia megalomaniaca de 222 projetos para essa região. Destes, 108 projetos industriais, 07 agroindustriais e 107 agropecuários. Resultando, também, em uma série de indústrias abandonadas após falência na cidade de Montes Claros (Santos e Silva 2019).

contexto impositivo não foi passivamente aceito pelos sujeitos ali situados. Os projetos desenvolvimentistas foram acompanhados de processos de desapropriações e encurralamentos⁶ (Anaya 2012; Anaya 2014) que foram um fator crucial para o acirramento dos conflitos fundiários na região (Dayrell 2000; Soares da Silva e Kubo 2018; Anaya 2012; 2014).

Um dos exemplos mais emblemáticos desse acirramento são os eventos que atingiram Cachoeirinha, antigo distrito de Varzelândia, na região de Jaíba. Em 1967, 212 famílias de posseiros foram expulsas e suas terras historicamente ocupadas por soldados armados e jagunços após terem recusado a proposta de se retirarem de suas terras rumo a outras na mesma região de Jaíba (Leite 2018). A violência praticada contra os posseiros de Cachoeirinha ganhou destaque midiático, e foi notícia em grandes canais como a Rede Globo de Televisão, mas esteve longe de ser a única. Leite (2018) apresenta não menos que sete conflitos fundiários registrados somente entre os anos de 1986 e 1988 nos municípios norte-mineiros de Januária, Joaquim Felício, Manga, Monte Azul, São Romão, Ubaí e Varzelândia. Esse cenário, caracterizado por expulsões, perseguições, ameaças e assassinatos (Leite 2018) contra as populações locais, catalisa a organização desses sujeitos em prol de sua sobrevivência e da denúncia das atrocidades cometidas contra eles.

Nesse momento, a organização da luta se dá em prol da classe. Esses sujeitos se entendem e orientam suas demandas enquanto lavradores e agricultores, se opondo aos ditames dos poderosos proprietários de terra e ao adentramento dos grandes empreendimentos agrários. Leite (2018) como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais desempenharam um papel chave na articulação política, na medida em que tornou espaço para a denúncia das violências sofridas e da batalha desleal que travam contra o capital pela posse da terra.

A reunião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro de 1981, por exemplo, contou com 80 lavradores da zona rural de Buritizeiro e de delegações de Montes Claros, Unaí, Manga, João Pinheiro, Janaúba e Jequitaiá, para debater as questões que afligiam as comunidades e fazer circular suas demandas na mídia local. Já em 1984, foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba que se tornou palco para o debate acerca do destino das mil famílias que seriam desapropriadas das margens do rio Gurutuba- após negarem oferta de realocação- para a ampliação de um sistema de irrigação que já havia expulsado outras 2 mil famílias na margem oposta do rio (Leite 2018).

A importância da organização sindical dos trabalhadores rurais pela posse da terra é inegável, principalmente neste período em que se torna espaço principal, senão o único, para reverberar as

⁶ Em referência ao gado mantido em currais fechados o termo “encurralamento” apropriado pelas comunidades para expressar e denunciar a perda de seus espaços físicos e simbólicos (Soares da Silva e Kubo 2018) diante das lógicas capitalistas dos empreendimentos que adentram seus territórios.

reivindicações dessas populações. Contudo, desde aí vemos indícios de que a questão não se encerrava na terra e escapava às possibilidades estritas de organização sindical. A recusa obstinada dessas famílias às propostas feitas por partes desses grandes empreendimentos acerca de seus realocamentos evidencia esse ponto. À primeira vista, essa recusa se apresenta até mesmo como sem sentido, afinal a proposta definia que as novas moradias estariam nas mesmas regiões de suas antigas posses, portanto, não seria uma mudança tão significativa. Contudo, essa recusa se faz mais compreensível se recorrermos a outras categorias como as de território e territorialidade para seu entendimento.

Em Haesbaert (2023), o termo território evoca, desde sua origem, em um contexto europeu, uma forte conotação político-administrativa que se reforça na modernidade através de sua imbricação com o que se entende enquanto Estado-Nação. O território seria o limite espacial dentro do qual o Estado-Nação pode exercer sua soberania e validar sua jurisdição. No entanto, essa expressão do termo não é absoluta. Para o autor, território possui uma dupla significação: uma material-funcional, a que podemos associar ao Estado-Nação administrativo e outra simbólico-afetiva. Essa segunda linha ganha importantes contribuições no cenário latino-americano, principalmente em contextos de conflitos, em que há uma ampliação conceitual da categoria, que passa a englobar não só um caráter analítico-intelectual, como também se configura como uma categoria prática, sendo acionada como uma ferramenta de luta em diversas experiências de resistência em contextos urbanos e rurais.

O território passa a ser visto e defendido enquanto um espaço integral da vida. Por sua vez, Gallois (2004) destaca o caráter profundamente relacional assumido pela categoria ao remetê-la à construção e às vivências de uma determinada sociedade e sua base territorial. Quanto à territorialidade podemos pensar em defini-la através de um conjunto de propriedades (Little, 2018) que são a condição de existência de um território. Territorialidade é fazer território. Trata-se de um processo social em que comunidades se engajam no estabelecimento de redes de relações socioeconômicas e biofísicas, elevando o espaço físico em que estão ao patamar de território que lhes é próprio.

Em Almeida (2004, 2), a territorialidade aparece como um “fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável”. Já em Little (2018, 253) a territorialidade é definida como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”. O processo de identificação a partir de uma territorialidade comum é uma parte fundamental na definição dos

dois autores. Deste modo, compartilhar uma lógica espacial conduz a um processo de identificação e reconhecimento.

Nas comunidades norte-mineiras, que é nosso caso de interesse, esse compartilhamento de uma lógica espacial ou territorialidade diversa da lógica espacial moderno-capitalista torna-se um fator chave para a reconfiguração da luta por direitos protagonizada por estes sujeitos. Nesse sentido, florescem do grupo indistinto de lavradores e agricultores uma série de identidades: vazanteira, quilombolas, geraizeiras, veredeiros, apanhadores de flores, caatingueiros etc. Identidades essas fortemente marcadas pela forma específica de apropriação territorial, inscrevendo-se na categoria mais geral de “povos e comunidades tradicionais”.

Existem críticas contundentes acerca da utilização da categoria povo ou comunidade tradicional. Ravena Cañete (2023) apresentam uma série de contradições relativas à sua utilização, como o risco de naturalização da cultura- como se essas comunidades estivessem em um estado de natureza, confundindo-se com o próprio ambiente em que se fixam- a possibilidade de estabelecimento de uma relação instrumentalizante ou utilitária com estas populações ao serem eleitas como os bastiões da preservação ambiental -como se seu valor ou existência só fossem reconhecidos e legitimados a partir dessas funções- ou o potencial cristalizante e imemorial que essas categorias possam acionar. Todos esses elementos poderiam contribuir para um cenário desfavorável para essas comunidades, todavia um contraponto interessante é apresentado: a possibilidade de criação de uma categoria política aberta para comunidades tradicionais enfatizando essa potencialidade política da construção e agenciamento dessas identidades. Esses grupos, antes de refletirem um movimento essencializante em sua construção identitária em relação ao *outro*, utilizam essa definição, enquanto instrumento de atuação política.

Almeida (2004) pensa as comunidades tradicionais enquanto grupos sociais que se constituem sob este rótulo na luta em prol da conquista de territórios e que incorporam essas novas identidades em uma situação de mobilização acionada em contextos de conflito. Além disso, instrumentos legislativos como a Constituição de 1988 e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Little 2018) contribuem para o fortalecimento desse processo de autoafirmação, na medida em que reconhecem e incorporam essas categorias. Nesse sentido, cria-se uma identidade jurídica coletiva (Ravena Cañete 2023) e junto a ela se reconhecem sujeitos de direitos, para os quais nunca antes se havia pensado políticas públicas específicas.

Se o território é fator tão importante na definição da identidade vazanteira, não é de se estranhar que os moradores da Barrinha tenham produzido alguns mapas de seu território. O ato de mapear é, em certa medida, uma forma de legitimar a existência de um território perante o Estado. Os

mapas em questão foram produzidos a partir da contratação de topógrafos particulares, mas pela forma como se deram - a partir da coleta de pontos topográficos- estes incorreram numa ineficácia comum: a não representação dos territórios de uso coletivo que outrora pertenciam aos vazanteiros e que foram muito importantes em suas formas de ocupação territorial. Além disso, cartografias tradicionais não expressam as formas de manejo específicos que são atribuídos a cada um dos lugares da Barrinha, nem mesmo trazem o rico sistema de classificação local que exprime a territorialidade vazanteira. Nesse sentido, foi proposta a elaboração de uma cartografia social e de um calendário agroecológico, considerados mais adequados para representar esses importantes elementos.

As experiências contra-cartográficas na Barrinha

As práticas cartográficas hegemônicas criaram as bases de sua legitimação em torno de premissas como a precisão, o realismo, a confiabilidade e a neutralidade. A boa cartografia seria aquela que melhor se aproxima de uma representação fidedigna do mundo real. Esse cientificismo positivista marca a relação íntima entre o mapeamento e o Estado, na modernidade (Cardoso 2013). Nessa relação, o mapa torna-se a única forma de representação territorial entendida como legítima e verdadeira.

Nesse sentido o mapa assume um ponto de vista neutralizado, distante da perspectiva de primeira pessoa, que carregaria a personalização de uma experiência humana no mundo. É necessário a visão distanciada e totalizante “de fora e de cima”, como num “voo de pássaro”. Em uma perspectiva crítica, no entanto, esse acionamento discursivo de uma neutralidade científica dos mapas, mais do que afinar sua precisão e aproximá-lo do real, cria uma ideia sobre o que é o real (Cardoso 2013; Foucault 1987; Harley 1989). O processo de mapeamento não se limita a revelar um conhecimento de caráter natural, mas também formula um conhecimento de caráter social.

Harley (1989), em seu artigo “*Deconstructing the Map*”, propõe uma leitura dos mapas a partir da compreensão de que eles são uma construção social, de modo que aspectos contextuais de sua elaboração, como a autoria, os meios de circulação, seu financiamento, a motivação de sua elaboração, o que ele omite e o que ele revela, ganham uma importância central para a compreensão do discurso do mapa. Longe de ser entendido como neutro, o processo de mapeamento se revela como intrinsecamente político. Dar ênfase à interpretação do contexto do mapa, bem como a necessidade de desvelamento dos processos que lhe dão origem, para além de um mero plano de fundo, vai na mesma direção da análise traçada por Michel de Certeau (1994), que argumenta no sentido de que o mapa, ao se apresentar como este palco totalizado do conhecimento geográfico, acaba por invisibilizar, jogando para as bordas de sua pré-história ou posteridade, as operações das quais resulta.

Como se a ocultação desse trabalho de produção, em alguma instância tornasse o mapa mais autoevidente.

A contra-cartografia surge a partir da crítica dos pressupostos de veracidade dos mapas, presentes nas abordagens mais positivistas, que marcaram sua preponderância na modernidade. As contra-cartografias, etnomapas, cartografias sociais ou participativas, buscam incluir os sujeitos sociais de sua produção, conferindo importância epistemológica para as formas de territorialização e conhecimentos ambientais das populações engajadas em sua elaboração. É evidente que as contra-cartografias, assim como as produções hegemônicas, não dão conta de representar a multiplicidade de fenômenos que ocorrem na vida real. A diferença é que a primeira não alega ou engendra fazê-lo.

Assim, em agosto de 2024, foi realizada na comunidade da Barrinha uma atividade de cartografia social e elaboração de calendário agroecológico, com uso de materiais como cartolinas, pincéis piloto, lápis e borracha. O objetivo da atividade proposta era compreender como a comunidade se relaciona com seu ambiente biofísico, identificar as áreas essenciais para a manutenção de seu modo de vida, entender as práticas de cultivo e pesca que configuram as principais fontes de renda locais. Além disso, buscou-se entender mais profundamente a configuração territorial atual, em relação à sua dimensão passada, com o intuito de identificar os impactos reais causados pela perda das terras de uso coletivo na comunidade.

A oficina constitui-se enquanto um espaço dialógico, em que não só desenhos foram produzidos, mas histórias foram contadas, saberes “dos antigos” vieram à tona e disputas internas emergiram, acionando a equipe da assessoria popular, por mais de uma vez, enquanto mediadora de conflitos. A atividade foi, sobretudo, um momento de aprendizado das categorias locais. Além da oficina, foram realizadas algumas caminhadas guiadas com Dona Vitória pelos locais elencados durante o exercício. Neste momento, Dona Vitória compartilhou saberes acerca de plantas, do manejo do território e do histórico de luta da comunidade.

As informações que surgiram durante as oficinas, bem como as conversas mantidas durante as caminhadas, foram posteriormente retomadas em entrevistas semiestruturadas realizadas remotamente com Dona Vitória nos meses de junho e julho de 2025. Nessa oportunidade, foi possível estreitar vínculos e comparar informações relevantes levantadas em campo. A cessão das entrevistas foi crucial para a elaboração desse material.

Sistemas de classificação dos lugares

Durante a realização da contra-cartografia e do calendário agroecológico, observou-se um intrincado sistema de classificação das áreas em que vivem os moradores da Barrinha, constituído

por: croas, lameiros, vazantes, praias, barrancos, barras ou sangradouros, lagoas, ilhas, matas mais ou menos fechadas, lances, dentre outras. Essa vasta nomeação está inserida em um sistema que compreende áreas de vazante, de rio e de terra firme- porções não alagáveis. A classificação desses lugares a partir de suas características físicas percebidas é o que orienta os pertencentes à comunidade acerca do tipo de manejo adequado a ser empregado sobre cada lugar, como se apresentará no decorrer desta sessão.

No texto clássico de Lévi-Strauss (1989), *O pensamento selvagem*, vemos como essa elaboração detalhada de um sistema de classificação, a partir da observação de características sensíveis, é uma máxima do pensamento humano, produzindo o que ele chama de “um princípio de ordem ao universo” (Lévi-Strauss 1989, 24). Ainda segundo o autor, não é através do registro passivo dos fenômenos naturais que desenvolvemos as técnicas e tecnologias que permitem o cultivo e conhecimento do ambiente, ao contrário, esse domínio exige uma curiosidade experimental, uma assiduidade pelo conhecer que não é necessariamente utilitária, mas a partir da qual podem surgir resultados práticos e úteis para a reprodução da vida. Os vazanteiros, nessa perspectiva, aparecem como profundos conhecedores de seu ambiente, podendo ser entendidos como dotados de um espírito científico que através da “observação ativa e metódica, hipóteses ousadas e controladas, para serem rejeitadas ou comprovadas por meio de experiências incansavelmente repetidas” (Lévi-Strauss 1989, 5) desenvolveram técnicas de manejo do ambiente.

Com base no conhecimento compartilhado durante a elaboração do mapa, do calendário agroecológico e nas caminhadas guiadas, são descritos a seguir alguns dos lugares, seus nomes locais e formas de manejo, conforme relatado pelos moradores. Não buscamos nesse momento uma exaustiva listagem dessas categorias, mas antes elencar os lugares que apareceram com maior relevância na fala de nossos interlocutores, trazendo à baila a relação destes vazanteiros com seu território. Com relação ao Rio São Francisco, em seus ciclos de cheia e vazante, este é, por sua vez, regulador primordial das atividades de pesca e plantio, que são hoje as atividades econômicas principais dos vazanteiros da Barrinha. Ele também é fator de modificação da paisagem (voltaremos a esse ponto mais adiante), portanto é necessário enfatizar que os elementos aqui apresentados não podem ser compreendidos senão em uma dinâmica integrativa.

Assim, durante a elaboração dos mapas, os “lameiros” se mostraram muito valorizados pela comunidade, motivando, inclusive, disputas internas por seu acesso. Os lameiros se formam nas áreas de vazante, quando o rio torna a baixar, deixando para trás uma área de terra lamacenta, rica em material orgânico, que no primeiro sol seca sua superfície e se racha por inteiro. Mas o lameiro guarda um certo dom. Sua secura é apenas aparente. Trata-se de uma película, nas palavras de meus

interlocutores, que preserva bastante umidade na camada inferior. À riqueza dessa terra em material orgânico, depositado, no que foi na última cheia, leito de rio, se soma um “sistema de irrigação natural” proporcionado pela retenção de umidade, o que torna qualquer cultura propícia à prosperidade. É comum que se plante neste espaço: feijão catador, melancia, maxixe, andu, quiabo, milho, mandioca, tomates etc.

Mas é preciso o acúmulo de um conhecimento específico para que a empreitada dê frutos, conforme nos foi relatado. O lameiro é limpo antes que venha a cheia e na baixa do rio, na hora do plantio, não se deve cavar ou revirar o solo do lameiro de forma desordenada nem mais do que o necessário. Deve-se abrir apenas o “rasinho de pôr a semente”, caso contrário provocar-se-ia a erosão do solo e essa degradação levaria ao seu secamento por completo, impossibilitando o plantio.

Dona Vitória revela uma relação de afeição para com o lameiro. Em suas palavras: “Eu admiro bastante o lameiro, entendeu? É uma salvação dos ribeirinhos porque nós não temos condições de irrigar. Então, quando nós plantamos no lameiro, produz na seca, sem irrigação”. Aqui a relação com a terra não é a de exploração de seus recursos, mas uma relação de admiração, de gratidão ao que o rio e a terra lhe oferecem.

As “croas” têm sua formação muito parecida com a dos lameiros, diferenciando-se somente quanto às características do solo. A “croa”, conta com um solo mais arenoso, mas, por conter uma boa quantidade de material orgânico e umidade, também é bastante valorizada para o plantio. Sua terra de areia fina é particularmente propícia para o plantio de amendoim e melancia. Os sangradouros, barras ou barrinhas, são áreas de extravasamento de água na cheia sanfranciscana, uma espécie de corredor natural que se forma perpendicular ao leito original do rio em desvio de seu curso convencional. As lagoas são criadouros naturais. Durante os períodos de cheia, o rio enche as lagoas, e os peixes vão com ele e quando o rio baixa um pouco mais, o peixe não consegue voltar ficando “preso”. Esse processo é responsável por um aumento considerável na concentração de peixes no local favorecendo a pesca. Já as “Ilhas” são porções de terra separadas das margens por um braço do rio. São bastante móveis surgindo e desaparecendo conforme o ciclo do rio. As praias são porções mais arenosas de terra, portanto, por sua concentração de areia, são tidas como menos próprias ao plantio, em relação às croas, lameiros e áreas de vazante.

As áreas de vazante são por onde a água “vaza” na cheia, adentrando em áreas onde antes era terra. Na época da baixa do rio são boas áreas de plantio, mas podem também significar a perda de boa parte da lavoura para o rio em casos de cheias inesperadas, por isso é comum que se trabalhe com culturas de ciclo curto. A vazante se subdivide em vazante alta e baixa. Nesta última, mais próxima ao rio, pode-se encontrar os “lagadiços”, áreas que variam em sua formação, estando cobertas de

vegetação em uma parte do ciclo natural do rio e em outra sendo submersa, confundindo-se com as lagoas. A vazante alta por sua vez é a parte mais distante do curso d'água que só se alaga no auge da cheia.

Durante a elaboração do mapa, as categorias “alta” e “baixa” são apresentadas com um sentido diferente de rio abaixo e rio acima ou montante e jusante. A referência de “alta” e “baixa”, conforme encontramos na Barrinha, ainda é o rio, mas sua margem e não sua foz. Ou seja, a referência gira 90 graus em torno de seu eixo, se comparada a ideia de montante e jusante. Assim, as áreas de baixa são as mais próximas à margem do rio e as de alta são as mais afastadas em direção à mata. Entretanto, como o referencial é a margem do rio, dentro da parte baixa, temos uma parte mais alta e uma mais baixa, a parte “baixa da parte baixa” é a que se encontra mais próxima ao leito do rio e a parte “alta da parte baixa” é a que está mais distante, relativamente, da margem. A região da vazante, a exemplo, é considerada uma baixa, mas pode ser “alta vazante” em suas porções relativamente mais afastadas do São Francisco.

Os lances, por sua vez, são, nas palavras dos moradores da Barrinha, territórios de dentro do rio. São onde os pescadores arremessam suas redes na esperança de obterem parte significativa de seu sustento. Entretanto, essa é uma categoria nova, nossos interlocutores comentam que cerca de 40 anos atrás a pesca era bastante diferente. Dava-se majoritariamente nas croas, com as redes de quatro ou arrastão. As redes de arrastão foram proibidas pelos órgãos ambientais, mas isso não é tudo. Segundo Seu Otávio, pescador da Barrinha, hoje o Rio São Francisco é “marcado e tem dono”. Nos tempos passados quem tinha direito ao território de pesca eram todos aqueles pescadores que haviam ajudado a limpá-lo, ou seja, aqueles que mergulharam bravamente até o fundo do rio com serrotes, cordas e correntes, para retirada das “tranqueira”: paus, galhos, restos de árvores que acabariam por danificar as redes se não fossem removidos. As áreas em questão são particularmente propícias à pesca, não por uma característica natural, numa perspectiva de natureza intocada, mas pela intervenção humana no ambiente que o modifica e enriquece.

Ainda segundo Seu Otávio, as croas não tinham dono, mas entendia-se que todo pescador que ali havia empregado seu esforço na limpeza e constituição daquele ambiente tinha o direito de usufruir de seus recursos. Mas com a regulamentação da pesca pelo governo as coisas mudam, agora quem tem o direito ao rio é qualquer um que possua a carteira de pescador artesanal, independentemente, de ter ajudado a limpar o lance ou não. Na atual configuração marcada pelas regulamentações, o possuidor do registro tem sua prática garantida em detrimento dos pescadores sem o registro, jogados na clandestinidade, o que acirra disputas locais. Seu Otávio diz ter uma vez “ignorado” no meio do rio por conta dessa situação.

Neste contexto, “ignorar” assume um sentido diverso da ideia de desconhecimento convencionalmente associado a ele. A forma como “ignorar” é empregado na Barrinha e em outras comunidades norte-mineiras, significa assumir uma postura de truculência e bravata: dá-se a briga. Seu Otávio teria, por sua vez, questionado enfaticamente o direito daqueles que não ajudaram na limpeza do lance de estarem ali gozando de um privilégio que, segundo a moral dos pescadores tradicionais, não lhes era de direito. Essa sobreposição do direito normativo do Estado, sobre o direito consuetudinário, aqui ligado ao direito de uso baseado no trabalho, gera grande instabilidade entre os pescadores locais, uma vez que estes veem seu direito ora pautado nessa moral tradicionalmente construída, ora determinado pelo prescrito na lei.

As altas, ou áreas de mata, são as porções de terra não alagáveis. No passado, estas áreas eram utilizadas para criação de gado na solta e para plantio de roças durante as cheias, quando o rio subia alagando os lameiros, croas e vazantes e tornando o plantio nessas regiões impossível. A relação de apropriação do território, antes da regularização fundiária e dos megaempreendimentos adentrarem a região, compreendia rio, vazantes e áreas de mata, formando um complexo dinâmico coordenado pelo ciclo dos rios. Portanto, é evidente que o processo de expropriação sofrido pelo vazanteiro de suas terras altas, para dar lugar aos sistemas de agricultura irrigável, impactou diretamente na reprodução de seus modos de vida.

Até este ponto, demonstra-se como os sistemas de classificação e o manejo adequado dos lugares que integram esse sistema estão profundamente conectados com o modo de vida dos vazanteiros. Aponta-se, também, como essas categorias compõem as noções de território desses sujeitos e as formas de sua apropriação. Porém, se a classificação põe o mundo em ordem e existe uma tendência, que lhe é própria, em atribuir uma certa unidade à nossa experiência no mundo sensível (Mary Douglas 1976), há, por outro lado, um elemento de instabilidade muito característico desse sistema vazanteiro de classificação dos lugares, que pode nos oferecer uma complexidade analítica interessante. O rio, em seu ciclo, tudo muda, existe uma fluidez ou mobilidade permanente nessas formações, por contraditória que essa frase possa parecer. Na cheia é comum que o rio “coma” tudo, engolindo barrancos e ilhas e que na baixa subsequente ilhas deixem de existir, lameiros mudem de localidade, lagoas desapareçam e croas se tornam ilhas. A única constante é a mudança. Os estados das coisas não são fixos, contudo, antes de despertar a contradição do próprio sistema de ordenamento, essa instabilidade das coisas, que não permite uma esquematização cristalizante do mundo, o enriquece e complexifica.

O São Francisco: um parceiro de vida

Por instável que pareçam essas configurações físicas, o sistema que o classifica e nomeia parece dar conta de forma muito precisa desta fluidez, por estar em constante negociação com o rio. O São Francisco participa das definições de território e de suas categorias, sendo o principal modificador da paisagem. Poderíamos dizer que a territorialidade do vazanteiro se faz em uma relação íntima com o rio. Aqui ele não aparece como um recurso natural a ser explorado, algo inerte que pode ser possuído, mas se constitui enquanto sujeito social, dotado de intencionalidade. Oliveira (2005, 92), em seu trabalho com os vazanteiros, argumenta que “O rio não é apenas uma coisa viva, mas é algo animado, dotado de intencionalidade, um ser com quem eles estabelecem laços de reciprocidade social.” A classificação, apesar de ser uma operação da mente, não é um ato individual, mas um ordenamento social e, aqui o rio é um dos sujeitos sociais desse ordenamento do mundo.

Nessa relação, que colapsa a dicotomia natureza/cultura da modernidade, o São Francisco é dotado de intencionalidades, trata-se de sujeito com quem se negocia através de trocas recíprocas e não de um recurso que pode ser dominado e explorado. A exemplo dessa relação social de reciprocidade podemos observar a fala de Dona Vitória sobre o lameiro, sua admiração para com a intencionalidade deste que “salva” o vazanteiro, a forma cuidadosa com que ela manuseia a terra na hora do plantio para não a degradar, mas torná-la ainda mais próspera em retorno à dádiva que lhe foi dada. Podemos também nos voltar para o que foi dito por Seu Otávio, que se opõem à ideia de que o rio seja “marcado e tenha dono”. Para ele, aquele que não trabalhou em seu leito, que não impregnou nada em seu proveito, também não tem direito de tirar do rio os seus dons.

Em Oliveira (2005, 91) “A fala dos vazanteiros expressa a riqueza da natureza da qual eles também participam e desenvolvem conhecimentos que permitem nomeá-la, entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la e, frequentemente, enriquecê-la.” O rio é um parceiro de vida e não um recurso natural. Acypreste (2021, 23), coaduna essa argumentação ao mencionar que a vida dos ribeirinhos na margem sanfranciscana é “intermediada pela ação de vários seres outros que humanos, não seria possível compreender as experiências de expropriação de seus territórios, tampouco a própria noção de território, sem considerar este complexo mundo vivente.”

Por fim, acrescenta-se que o processo de mapeamento na Barrinha, ganhou dimensões cosmopolíticas (Cardoso 2013), na qual os agentes engajados na produção dos mapas tiveram um contato com perspectivas, epistemologias e dimensões ontológicas que em alguma medida desestabilizaram seus sistemas anteriores. A equipe de campo contava com juristas, geógrafos, biólogos e antropólogos, que ao “levar a sério” o conhecimento local, colocou em xeque muitas das

noções acadêmicas cristalizadas. A noção de direito local entra em negociação com nosso entendimento de direito normativo. O sistema de classificação de lugares e seu manejo amplia as noções clássicas da cartografia moderna positivista e a noção do rio como agente rompe com as divisões ontológicas entre sujeito e objeto, natureza e cultura, da tradição moderna de inspiração cartesiana. O exercício da cartografia social tornou-se um processo de tradução entre dois mundos, articulando conhecimentos distintos.

Tempo e Espaço na Barrinha: o gado criado na solta e a influência da lua sobre as plantas.

O ritmo do plantio e a luz da lua

No segundo dia de oficina, foi elaborado um esboço do calendário agroecológico da Barrinha. Durante essa elaboração, os moradores da Barrinha atrelaram o cronograma de plantio ao ciclo lunar. Em sua organização, cada planta mantém uma relação específica com a lua e seu cultivo pode ter resultados diferentes dependendo da fase do astro em que o vegetal foi plantado ou podado. Dona Vitória conta que quando cultivava batatas, as ramas cresciam muito lindas, e “viçavam”, contudo, nunca conseguiu colher batatas, apesar de bonita sua batateira não era produtiva. Até que uma mulher lhe alertou que o motivo era a fase da lua errada para o plantio. Seguindo as instruções da mulher, Dona Vitória arrancou as batatas e deixou que suas folhas murchassem, quando completou o terceiro dia da lua minguante, ela replantou seus exemplares. Em quatro meses Dona Vitória relata ter colhido muitas e muitas batatas.

Segundo Dona Vitória

“A lua tem muita vida. Se você quer que uma coisa cresça, você tem que cortar, podar, fazer alguma coisa com aquela planta na lua crescente. Se você quer que ela viça (fique frondosa), mas que não dê nada, você quer uma coisa que fica bem folhada, bem bonito, mas não é pra dá nada, aí você poda na cheia, nunca na minguante ou na nova. Então (...) a lua minguante ou na escura, que é a lua nova, se você quer plantar um pé de fruta, você planta três dias depois da lua nova, com três anos ele já tá produzindo, entendeu? O rio também ‘(...) O rio conforme a lua, ele enche um pouco, né? E conforme a lua ele também ele abaixa um pouco (...) E falando dos peixes, o peixe é todo misterioso, né? Na lua nova, que é a lua escura, né? É o tempo melhor de se pescar, eles ficam todo, todo assanhados pra você pegar eles (...) Então, se você for castrar um porco, você não pode castrar ele em qualquer lua, é sempre na lua nova, na lua boa” (Dona Vitória, entrevista concedida à autora via telefone, 14 jul. 2025).

Seu Benedito relata que é na junção da força da lua com o mês correto de plantio que se faz a previsão da qualidade da safra. O mês mais ideal para o plantio é maio. Quanto às chuvas, Seu Benedito faz suas previsões a partir da observação dos animais. Esta é a previsão da natureza, a previsão dos insetos. Assim o mês em que a formiga trabalha muito, ela está se prevenindo para as águas, assim também é o cupim e o barbado, “tudo é a representação da natureza”. Outra forma de previsão dos meses de chuva é a observação do clima entre os dias de São João e São Pedro, cada um

dos dias entre as datas dos santos representa um mês do ano e o dia nublado indica que o mês a ele relacionado será bom de chuva.

Esse conhecimento sobre a natureza e a relação entre os astros, os ciclos do rio e das chuvas é herdado geracionalmente, nossos interlocutores afirmam ter aprendido com seus pais e esses com os deles. Foi o que permitiu a permanência dessas comunidades na localidade e seu sustento a partir da correta gestão dos ambientes agricultáveis, em especial as áreas ricas em substrato graças aos aluviões deixados no solo durante a cheia. A agricultura de vazante tem como marco de sazonalidade a cheia e a baixa, os períodos da água e da seca que direcionam o plantio e secciona o tempo relativo ao ano em dois períodos.

Todavia, durante a produção do calendário agroecológico na Barrinha e em conversas posteriores com nossos interlocutores, evidenciou-se que os vazanteiros possuíam, também, uma outra referência de tempo, essa, baseada na comparação entre o passado e o presente. Diferenciando-os valorativamente, entre a época das soltas e o presente, em que não mais possuem esse território em sua dimensão espacial, propriamente dita, mas também enquanto referencial para sua apropriação simbólica do espaço físico. A época da solta, enquanto categoria temporal nativa, caracteriza-se pelo manejo do gado e a livre utilização das terras altas, carregando uma série de valores do passado e ricas elaborações conceituais, que nas palavras de nossos interlocutores estão “se perdendo”.

A época das soltas pode ser categorizada como um período de maior liberdade (Costa 2020) e autonomia para populações tradicionais do Norte de Minas Gerais, uma vez que constitui um sistema articulando de apropriação do território que contava com o rio, proporcionando a pesca, a agricultura de vazante e o manejo de gado e extrativismo nas áreas comunais da alta ou da solta, como supracitado nesse texto. Segundo nossos interlocutores da Barrinha “a solta era de todo mundo” e os animais eram marcados a ferro, ainda novilhos, para a identificação de seus donos. O gado criado até então era o “pé duro” ou o “curraleiro” animais que a partir do cruzamento controlado se tornaram muito adaptados à região.

O manejo específico do gado, consistia em deixar que os animais pastassem livremente nas terras coletivas durante o dia e esperar seu retorno no fim do entardecer. É evidente que esse sistema contava com a imprevisibilidade do retorno do animal. Quando esse não se dava, no tempo esperado, e o gado permanecia por mais de um dia no meio do mato, cabia ao vaqueiro buscar o garrote ou a vaca perdida. Os contratempos e aborrecimentos causados por essa lida, eram atenuados pelas vantagens por ela proporcionadas como a de não se preocupar em “ficar em cima do gado” permitindo que os animais cuidem de si mesmos e pela carne e leite mais “sadios” proporcionados pela variedade da alimentação bovina.

Nas palavras de Dona Vitória

“Eu valorizo até hoje muito a solta, por causa que na solta eles comem de tudo, né? Ao mesmo tempo que eles se alimentam, (...) eles se medicam, porque eles sabem o que comer quando estão com dor de barriga, eles sabem o que comer quando estão com ressecamento. Eles sabem é (...) fazer o manejo e o tratamento deles mesmos, então (...) assim (...) os animais sabem (...) A gente é que às vezes não presta atenção ou finge que não está acontecendo nada demais, (...) Deus deu a sabedoria e a maneira de cada um dos seres poder viver independente, entendeu? (...) Então assim (...) Tem mais remédio na carne de gado, do que na própria farmácia, minha filha”. (Dona Vitória, entrevista concedida à autora via telefone, 18 jul. 2025).

Hoje, segundo nossa interlocutora, o gado só come capim, não podendo mais se medicar e não trazendo em sua carne e leite um valor medicinal. Ela prossegue dizendo não entender por que as pessoas não voltam às práticas do passado, segundo ela “alguns passados foram bons e valorosos” e as pessoas o estão “deixando de mão”.

O tempo da solta, enquanto categoria temporal nativa, determina uma série de valores do passado (Costa 2020), e encerra em si uma diversidade de narrativas acerca de uma temporalidade diferente da atualmente vivenciada. Nos tempos passados o tempo passava diferente. No manejo dos animais, o dia de trabalho era determinado pela liberação dos bichos no raiar do dia e seu recolhimento na hora do poente. A lavoura era determinada, tanto em seu local (vazante ou alta) pelo ciclo do rio e em seu período de plantio e colheita pela influência da lua. O tempo da solta, não era um tempo homogêneo, linearmente distribuído e passível de ser acompanhado pelo relógio, contrariamente, remetia a uma associação entre os ritmos naturais (cheia e vazante e ciclo lunar) e ritmos da vida social e da apropriação territorial relativa às atividades laborais.

Tempo ecológico e tempo estrutural

Como supracitado, para os vazanteiros, o ano se dividia em duas épocas: a época das águas ou da cheia, compreendida entre os meses de setembro e março; e a época da seca, de abril a agosto. Na época da cheia, em que “o rio reinava a água”, a vida social se dava nas terras altas, as atividades laborais se concentravam no extrativismo e no manejo do gado na solta. No período da seca, em que o rio baixava, era a época da fartura, em que o plantio se dava nas áreas de vazante adubadas pelo rio, garantindo uma boa safra. Nas palavras de Don Renato, vazanteiro da Barrinha, “as águas vai abaixando e a gente vai acompanhado as águas”.

Vemos assim a indissociabilidade entre a sua vida social, tempo e o ciclo da natureza nas margens do São Francisco. Uma das etnografias clássicas que mais descritivamente aborda essa relação entre tempo natural e social é a obra de E.E. Evans-Pritchard (2002 [1940]) intitulada *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. Nela, o

autor utiliza a conceituação de tempo ecológico e tempo estrutural para definir como os Nuer conceituam o tempo. O tempo ecológico, nessa leitura, daria conta das relações do grupo com o meio-ambiente; já o tempo estrutural seria aquele que reflete as relações sociais propriamente ditas. Contudo, no desenvolvimento deste argumento, Evans-Pritchard (2002 [1940], 116) culmina na elaboração de que “Num certo sentido, todo tempo é estrutural, já que é uma ideação de atividades colaterais, coordenadas ou cooperativas: os movimentos de um grupo”.

Tomando de empréstimo essa elaboração, e salvaguardando as devidas diferenças entre as sociedades que aqui comparamos, poderíamos definir as divisões temporais da Barrinha como uma concepção de tempo “ecológico” e uma concepção de tempo “estrutural”. O tempo ecológico agruparia a divisão do tempo da cheia e da vazante, as influências dos ciclos lunares e a divisão espaço-temporal entre terras altas e baixas. Já o segundo, tempo estrutural, entraria a divisão entre o “tempo de agora” e o “tempo dos antigos” (ou “tempo da solta”), uma vez que essa divisão temporal tem um cunho social, utilizada não apenas para apontar uma diferença geracional em relação aos “antigos”, mas também para assinalar uma mudança profunda dos modos de vida e de tipos de organização social.

A segunda parte da elaboração do antropólogo britânico, a de que ao fim e ao cabo todos os tempos são estruturais, também pode ser esclarecedora aqui, uma vez que a relação das atividades na Barrinha também é definidora do que categorizamos como tempo ecológico. A época das águas é marcada não exatamente pelo momento ápice do volume pluviométrico, mas pelo início das chuvas, acionando a atividade de plantio do feijão “no pó”⁷, enquanto o tempo da seca também é referido pela sua zona de transição e não por seu momento apical, acionando a atividade laboral de plantio do feijão “catado do fim”. Aqui, podemos ver que a relação que se estabelece entre a Barrinha e o meio ambiente reflete determinadas condições de produção que dizem respeito às relações sociais, no caso, o trabalho que é realizado simultaneamente por seus membros. Nas palavras do autor,

Existe, contudo, um ponto onde podemos dizer que conceitos de tempo cessam de ser determinados por fatores ecológicos e tornam-se mais determinados pelas inter-relações estruturais, não sendo mais um reflexo da dependência do homem da natureza, mas um reflexo da interação de grupos sociais. (Evans-Pritchard 2002 [1940], 36).

⁷ O ato de plantar feijão “no pó” ou simplesmente “plantar no pó” de forma mais geral, conforme nos foi relatado, consiste na prática de lançar no chão as sementes, ainda na época da estiagem, contando que as previsões pluviométricas irão se cumprir e a semente em breve brotará com a primeira “chuvada”. Essa prática tem diminuído sua eficácia, ainda segundo meus interlocutores, porque o tempo de agora está “virado”. As mudanças climáticas e os impactos dos grandes empreendimentos, como barragens e sistemas de irrigação que desviam cursos d’água, tornaram o regime de chuvas uma incógnita.

Evans-Pritchard apresenta a concepção de espaço entre os Nuer de maneira análoga a, e por vezes intercambiáveis com, a de tempo, distribuindo os espaços entre distância “estrutural” e “ecológica” de forma bastante similar às orientações acerca da categoria local de tempo. Assim, o espaço, tal como o tempo, não forma, nessas comunidades, todos contínuos homogêneos e discretos distribuídos em um plano cartesiano. Lévy-Bruhl, ao comentar sobre o espaço em comunidades modernas, afirma que:

Essas mentes não representarão o espaço como um quantum uniforme e indiferente. Pelo contrário, ele lhes aparecerá carregado de qualidades; suas regiões terão virtudes próprias e elas participarão das forças místicas que se revelarem nele. Ele não será apenas representado, mas também sentido e as diferentes direções e situações no espaço se distinguirão qualitativamente umas das outras. (Lévy-Bruhl 2008, 64).

Em Costa (2020), somos apresentados à elaboração de que formas diferentes de apropriação, uso e significado do espaço ou do território colocam em disputa grupos sociais distintos, culminando em uma transfiguração do espaço e do tempo nessas comunidades norte-mineiras em face do desenvolvimentismo que atinge a região. Assim, quando nos referimos à perda dos espaços de “solta” ou das “altas”, não se trata de uma simples perda de espaço físico, mas de uma suplantação de um tipo de organização social. Essa perda significa um estrangulamento do sistema produtivo articulado de outrora, impactando diretamente na autonomia agroalimentar dessas populações, na sobreposição do direito de propriedade sob o direito de uso, sustentado pelo trabalho, na implementação de uma temporalidade linear moderna, desconexa do tempo cíclico da natureza, e numa imposição dos conhecimentos científicos sobre seu saber tradicional. Essas mudanças são expressas pelo caráter valorativo que a categoria local de tempo estrutural “tempo da solta” assume, apontando como melhor o passado em relação ao tempo presente.

Considerações finais

Os moradores da Barrinha tiveram seus direitos consuetudinários sobre seu território, aqueles baseados no direito de uso e fundamentado na moral do trabalho, suplantados pelo direito normativo do Estado. Após passarem por um processo de expropriação, hoje retomam seu pertencimento junto à margem do rio em um território bastante reduzido em relação às suas dimensões passadas. Atualmente eles se reconhecem como uma comunidade tradicional vazanteira, pesqueira e ribeirinha e utilizam esta identidade na luta pela retomada de seu território.

Os vazanteiros são possuidores de um conhecimento extensivo acerca do ambiente em que vivem, categorizando as unidades paisagísticas na beira do rio a partir de suas características sensíveis, neste caso: a composição do solo, sua umidade etc. sem deixar de considerar a participação

do rio, em sua volatilidade, neste sistema classificatório. A partir dessa classificação, elaboram sofisticados métodos de manejo do ambiente.

Assim, parte-se com a escrita desse texto, dos conhecimentos e os sistemas de classificação da comunidade da Barrinha, para a compreensão das categorias locais de espaço e tempo, em uma tentativa de análise contrastiva com as espacialidades e temporalidades modernas. Para além disso, a Barrinha nos traz perspectivas epistemológicas e dimensões ontológicas que aqui foram descritas e que atuaram em uma cosmopolítica em relação aos conhecimentos acadêmicos que os pesquisadores trouxeram em campo. É evidente, como se buscou demonstrar ao longo do texto, que a perda das terras comumente ocupadas significa mais do que uma limitação espacial. Ela vem acompanhada de uma série de ações, como a desarticulação dos meios de produção local e a negação dos conhecimentos geracionais que os acompanham, dando origem a um movimento de apagamento epistemológico junto a esse processo de encerramento espacial.

Referências Bibliográficas

Acypreste, Izadora. 2021. “Os pés da memória: uma etnografia sobre as plantas, o gado e o tempo nas margens do rio São Francisco”. *Revista Ñanduty* 9 (13): 19–44. <https://doi.org/10.30612/nty.v9i13.15535>.

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 2004. “Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* 6 (1): 9. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>.

Anaya, Felisa Cançado. 2012. “De encurralados pelos parques a vazanteiros em movimento: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental”. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais.

Anaya, Felisa Cançado. 2014. “‘Vazanteiros em movimento’: o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica”. *Ciência & Saúde Coletiva* 19 (10): 4041–50. <https://doi.org/10.1590/1413-812320141910.09242014>.

Cardoso, T. M. 2013. “Malhas cartográficas: técnicas, conhecimentos e cosmopolítica do ato de mapear territórios indígenas.” Conferência apresentada na Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia (ReACT), Campinas, SP, setembro. 24–26.

Certeau, Michel de. 1994. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

Clifford, James e George Marcus. 1986. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press.

Costa, João Batista de Almeida. 2020. “conflitos ambientais no sertão roseano: a atualização do carrancismo contra veredeiros e quilombolas em Minas Gerais”. *Anuário Antropológico* 45 (3):287-303. <https://doi.org/10.4000/aa.6688>.

Dayrell, Carlos Alberto. 2019. “De nativos a caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar”. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Montes Claros.

Douglas, Mary. 1976 [1966]. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva.

Evans-Pritchard, E. E. 2002 [1940]. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva.

Favret-Saada, Jeanne. 2005. “‘Ser afetado’”. Traduzido por Paula Siqueira. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)* 13 (13): 155–61. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>.

Foucault, Michel. 1987. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, Michel. 2007. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Gallois, D. 2004. “Terras ocupadas? território? territorialidade?” In *Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições territoriais*, editado por Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Socioambiental.

Geertz, Clifford. 1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

Haesbaert, R. 2023. “Território.” *GEOgraphia* 25 (55).

Harley, J. B. 1989. “Deconstructing the map.” *Cartographica* 26 (2): 1–20.

Ingold, Tim. 1993. “The Temporality of the Landscape.” *World Archaeology* 25 (2): 152–74. <http://www.jstor.org/stable/124811>.

Lévy-Bruhl, Lucien. 2008 [1922]. *A mentalidade primitiva*. São Paulo: Paulus.

Lévi-Strauss, Claude. 1989 [1962]. “A ciência do concreto.” In *O pensamento selvagem*, 15–50. Campinas: Papirus.

Leite, V. 2018 “Os Trabalhadores do Norte de Minas Gerais: entre o "desenvolvimento" e o ‘progresso’”. 2018. *Revista História & Perspectivas* 57. <https://doi.org/10.14393/HeP-v30n57-2017-4>.

Little, Paul E. 2018. “Territórios Sociais E Povos Tradicionais No Brasil: Por Uma Antropologia Da Territorialidade”. *Anuário Antropológico* 28 (1):251-90. <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>.

Oliveira, Cláudia Luz de. 2005. “Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais.

Strathern, Marilyn. 2014. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.

Mauss, Marcel. 2003 [1925]. "Ensaio sobre a dádiva", In *Sociologia e Antropologia*, 185-314. São Paulo: Cosac Naify.

Ravena Cañete, Thales Maximiliano. 2023. “‘Populações tradicionais’: origens, definições e usos dentro da antropologia brasileira”. *Vivência: Revista De Antropologia* 1 (61). <https://doi.org/10.21680/2238-6009.2023v1n61ID28044>.

Ribeiro, Eduardo Magalhães. 2010. *Histórias dos Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Santos, Rafael Pereira, e Roberta Alves da Silva. 2019. “Des-envolvimento estatal e populações tradicionais do rio São Francisco no Norte de Minas: ‘O Rio Faz E Desfaz E a Gente Acompanha Na Pesca E Na vazante’.” *Brazilian Applied Science Review* 3 (2): 1083–1107. <https://doi.org/10.34115/basr.v3i2.1120>.

Silva, Queite Marrone Soares da, e Rumi Regina Kubo. 2018. “Conflitos ambientais no Norte De Minas Gerais: a resistência dos vazanteiros”. *Revista De Extensão E Estudos Rurais* 7 (2): 16989. <https://doi.org/10.36363/rever722018169-189>.

Wagner, Roy. 2012. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.